

20 SET 1988

A ameaça do Senado

A existência de uma maioria de Oposição no Senado começa a ficar clara enquanto está cada vez mais tumultuada a formação do bloco de apoio ao Governo. A questão não tinha muita importância política porque Senado e Câmara estavam quase paralisados pela Constituinte, que chegou ao fim na última quinta-feira. Como o que resta são festejos, comemorações, Senado e Câmara têm de reassumir suas funções e mostrar se foi justa a ampliação dos poderes do Legislativo.

No Senado há essa disposição. A grande maioria, que inclui os mais expressivos, quer realmente trabalhar, ativar as comissões. A prova dessa intenção foi a realização, quinta-feira, à noite, de uma sessão extraordinária em que surgiu, apoiado por várias lideranças, importante projeto de resolução do senador Severo Gomes sobre a dívida externa, que só não foi aprovado porque um vigilante governista, o quase solitário João Menezes, requereu verificação de quorum.

De acordo com esse projeto, todos os atos internacionais celebrados pelo Presidente da República ou por ministros de Estado, que não tenham sido aprovados pelo Congresso Nacional até o próximo dia seis, terão sua vigência suspensa. Caberá ao Congresso, como determina a nova Constituição, a ser promulgada no dia 5, resolver em definitivo sobre esses acordos.

Com esse projeto, Severo Gomes coloca, em suspenso, os acordos internacionais que estão sendo fechados com o Banco Mundial e o FMI. Não é um julgamento prévio dos

acordos, elogiados pelo senador Jarbas Passarinho, um dos líderes que assinaram o pedido de urgência para o projeto. E, porém, uma demonstração de que o Legislativo pretende ter uma ação mais efetiva em todos os setores e de que o Executivo ficará com sua atuação cada vez mais limitada.

A partir desse projeto, pode-se ter uma idéia da tempestade política que se arma com o Governo sendo minoritário no Senado e com uma maioria precária na Câmara. As consequências não ficarão restritas a dificuldades na aprovação de propostas do interesse do Executivo, pois a ampliação dos poderes do Legislativo acentua, sobretudo, sua função fiscalizadora. A proporção em que esta for intensificada, aumentará, sem dúvida, o confronto entre os dois Poderes.

Cerceado durante muitos anos, tendo de lutar pela conquista de espaço, o Legislativo não apenas recuperou prerrogativas como diminuiu o Executivo na prática. É natural, humano, que na primeira fase após a Constituinte haja um movimento de afirmação, que se intensificará pela posição defensiva em que se encontra o Governo.

O que aconteceria se o Senado houvesse aprovado, quinta-feira última, o projeto Severo Gomes? Como reagiriam o Banco Mundial e o FMI? Em nome de quem falaria os negociadores nacionais, se o Legislativo não os autorizou? São questões da maior gravidade que não podem depender de um governista solitário no plenário do Senado. O diálogo é mais do que nunca necessário para evitar o radicalismo que é sempre um erro.